

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2024	2023		Notas	2024	2023		2024	2023	
Circulante				(=) Receita operacional líquida	13	123.622	101.934	Resultado líquido antes das provisões tributárias	77.823	64.505	
Caixa e equivalentes de caixa	3	28.300	19.858	(-) Custo de prestação de serviços	14	(38.003)	(34.101)	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	9.278	11.022			85.619	67.833	Depreciações e amortizações	2.261	3.237	
Outros créditos	-	469	85	(+/-) Despesas e receitas operacionais:				Provisão para demandas administrativas e judiciais	9.772	8.090	
Despesas antecipadas	-	134	174	Despesas administrativas e comerciais	15	(9.946)	(8.828)	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	21	
		38.181	31.139	Outras receitas/(despesas) operacionais	16	1.834	6.013	Ajuste a valor presente	(758)	(1.424)	
Não circulante				(-) Lucro líquido antes do resultado financeiro		77.507	65.018	Acréscimo/(decréscimo) em ativos			
Depósitos judiciais	5	57.368	22.330	Despesas financeiras	17	(2.337)	(2.050)	Contas a receber de clientes	1.744	2.334	
		57.368	22.330	Receitas financeiras	17	2.653	1.537	Outros créditos	(384)	(49)	
Imobilizado	6	14.811	15.337			316	(513)	Despesas exercício seguinte	40	(131)	
Intangível	7	73.889	58.294	(=) Resultado antes das provisões tributárias		77.823	64.505	Depósitos judiciais	(35.038)	(21.865)	
		88.700	73.631	(-) Provisão para IR e Contribuição Social				Acréscimo/(decréscimo) em passivos			
Total do ativo não circulante		146.068	95.961	Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	18.1	(29.795)	(24.790)	Fornecedores	(272)	(3)	
Total do ativo		184.249	127.100	(=) Lucro líquido do exercício		48.028	39.715	Obrigações trabalhistas e tributárias	(808)	(3.281)	
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023	Demonstrações do resultado abrangente (Em milhares de Reais)				Outras contas a pagar	(1.355)	1.363	
Circulante						2024	2023	Compromisso com poder concedente	188	679	
Fornecedores	8	438	710	Resultado do exercício		48.028	39.715	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(2.441)	(2.883)	
Obrigações trabalhistas	9	563	514	Outros resultados abrangentes		-	-	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	50.772	50.593	
Obrigações tributárias	9	1.290	2.147	Resultado abrangente do exercício		48.028	39.715	Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos a pagar	12.3	12.007	9.928	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)				Aquisição de imobilizados e intangíveis	(17.330)	(11.143)	
Outras contas a pagar	-	267	1.622	Capital social		20.000	20.000	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17.330)	(11.143)	
Compromisso com poder concedente	10	6.406	6.266	Reserva legal		4.000	4.000	Das atividades de financiamentos com acionistas			
		20.971	21.187	Reserva de lucros		33.181	57.181	Dividendos pagos	(25.000)	(40.000)	
Não circulante				Saldos em 31/12/2022		-	-	Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos com acionistas	(25.000)	(40.000)	
Provisão para demandas judiciais e administrativas	11	69.282	32.156	Lucro líquido do exercício		-	39.715	Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.442	(550)	
Compromisso com poder concedente	10	16.965	17.675	Dividendos mínimos obrigatórios		-	(9.928)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.858	20.408	
Total do passivo não circulante		86.247	49.831	Dividendos adicionais		-	(30.886)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	28.300	19.858	
Patrimônio líquido				Saldos em 31/12/2023		20.000	4.000				
Capital social	12.1	20.000	20.000	Lucro líquido do exercício		-	48.028				
Reserva legal e de lucros	12.2 e 12.3	57.031	36.082	Dividendos mínimos obrigatórios		-	(12.007)				
Total do patrimônio líquido		77.031	56.082	Dividendos adicionais		-	(15.072)				
Total do passivo e patrimônio líquido		184.249	127.100	Saldos em 31/12/2024		20.000	4.000				
						53.031	77.031				

Pier Mauá

Pier Mauá S.A.

CNPJ/MF Nº 02.434.768/0001-07

Relatório da Diretoria:

Senhores Acionistas, A Administração do Pier Mauá S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2024 e de 2023, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência, a Diretoria e a Administração do Pier Mauá S/A expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à

Companhia, possibilitando assim o sucesso do Pier Mauá no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos, clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação e em especial as Autoridades portuárias. Rio de Janeiro, 11 de março de 2025

A Administração

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.)

Balancos patrimoniais (Em milhares de Reais)

Ativo

Nota

2024

2023

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

3

28.300

19.858

Contas a receber de clientes

4

9.278

11.022

Outros créditos

-

469

85

Despesas antecipadas

-

134

174

38.181

31.139

Não circulante

Depósitos judiciais

5

57.368

22.330

57.368

22.330

Imobilizado

6

14.811

15.337

Intangível

7

73.889

58.294

88.700

73.631

146.068

95.961

184.249

127.100

Passivo e patrimônio líquido

Circulante

Fornecedores

8

438

710

Obrigações trabalhistas

9

563

514

Obrigações tributárias

9

1.290

2.147

Dividendos a pagar

12.3

12.007

9.928

Outras contas a pagar

-

267

1.622

Compromisso com poder concedente

10

6.406

6.266

20.971

21.187

Não circulante

Provisão para demandas judiciais e administrativas

11

69.282

32.156

Compromisso com poder concedente

10

16.965

17.675

86.247

49.831

Patrimônio líquido

Capital social

12.1

20.000

20.000

Reserva legal e de lucros

12.2 e 12.3

57.031

36.082

77.031

56.082

184.249

127.100

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional:

A Pier Mauá S.A. ("Companhia") foi constituída em 13/10/1997, com o propósito específico de exploração mediante contrato de arrendamento de instalação portuária, com utilização de área sob a Administração da Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro ("CDRJ") que compreende a construção, implementação, administração, operação e exploração de um complexo comercial, financeiro, de lazer, de turismo, de cultura, de transporte, de operações portuárias localizados dentro da área do Porto do Rio de Janeiro, objeto do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 100/97 entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJJ) e Pier Mauá S/A. A Companhia está sediada na Avenida Rodrigues Alves, nº 10, Estação Marítima de Passageiros (Esmapa), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Em 02/10/2006, foi assinado com a CDRJ o quarto termo aditivo sob número C-SUP nº 084/2006, tendo como objeto a repactuação do Contrato C-DEPJUR nº 100/97 e seus Termos Aditivos nºs 101/97, 019/98 e 023/99, atendendo às condições estabelecidas pelo parecer CGAS/CONJUR/MT nº 229/2006, no exame do Processo no 50000.022726/2006-75, o qual determina a reposição do contrato em condições originais, permitindo à arrendatária utilizar os Armazéns 1 ao 4 e o Armazém externo 1, e devolver a área do Pier Mauá, por estar fora do Porto Organizado por força do Decreto nº 4.554/2002. Em 17/01/2011, ocorreu a publicação no Diário Oficial da União, referente ao Termo de Cessão e Uso, DAC-SUPJUR nº 002/2011. Processo nº 14.938/2010 para a utilização dos Armazéns nºs 5, 6, Anexo 5/6 e a parte da Praça dos Armazéns 6 e 7 de propriedade da CDRJ, localizados na Av. Rodrigues Alves, com área total de 11.350,00 m². Em 04/10/2018, foi assinado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e, com intervenção da CDRJ e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o Quinto Termo Aditivo do Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 100/97, a prorrogação antecipada do contrato de arrendamento, considerando o artigo 57 da Lei nº 12.815/2013, e Portaria SEP/PR nº 349/2014, firmados sob a Lei nº 8.630/1993, Constituinte objeto do Quinto Termo Aditivo a prorrogação antecipada e o adensamento das áreas denominadas Armazéns 5, "anexo 5/6" e respectivo caos frontal e segundo piso do "antigo prédio Banerji" referentes ao Contrato de Arrendamento C-DEPJUR nº 100/97, de 06/11/1997, o qual juntamente com seus termos aditivos, rege o arrendamento com projeção de área de 71.349,46 m², condicionado a realização dos investimentos novos pela Companhia, necessários a readequação e modernização das estruturas físicas do Terminal, com vistas à prestação de serviços de movimentação de passageiros, na forma da Lei nº 12.815/13 e do Decreto nº 8.033/13, preservadas as respectivas competências da ANTAQ e da CDRJ. No âmbito do 5º Termo Aditivo, celebrado em 04/10/2018, C-DEPJUR nº 100/97 que originalmente estava previsto para encerrar em 31/05/2024, foi prorrogado até 31/05/2049, e com a realização de novos investimentos, de acordo com os prazos previstos no cronograma do EVTEA e contados a partir da aprovação do Projeto Executivo pela ANTAQ e autorização para início das obras pela CDRJ. De acordo com o projeto, a operação de passageiros seria realizada nos armazéns 4, 5 e 5/6, ao passo que os armazéns 1 a 3 ficariam designados a atividades de gastronomia, cultura e lazer. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis adotadas. 2.1. Base de apresentação. 2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis para o ano findo em 31/12/2024, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 11/03/2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. As demonstrações contábeis são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1.3. Conversão de moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **2.1.5. Regime de escrituração contábil:** As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante. **2.2. Principais políticas contábeis adotadas. a) Reconhecimento da receita, custos e despesas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos entre outros insumos relacionados às operações portuárias estão demonstradas separadamente das despesas operacionais e são registradas no exercício em que incorrerem. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c) Contas a receber de clientes:** As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvid

Norma	Descrição	Resultado
Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)	Em 25/05/2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, demonstrações contábeis forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.	Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração e de quaisquer itens nas demonstrações contábeis

o) **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31/12/2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Alterações na IAS 21/CPC 02	Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtóais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19.	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3. Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixas	6	6
Bancos conta movimento	12	14
Aplicações financeiras (1)	28.282	19.838
	28.300	19.858

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

(1) O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

4. Contas a receber	2024	2023
Clientes	9.339	11.083
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(61)	(61)
Total contas a receber	9.278	11.022

A abertura do saldo a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2024	2023
A vencer até 30 dias	9.220	10.960
Vencidos de 1 a 120 dias	58	62
Vencidos a mais de 120 dias	61	61
	9.339	11.083

5. Depósitos judiciais	2024	2023
PIS exigibilidade suspensa	2.277	857
COFINS exigibilidade suspensa (1)	10.492	3.952
IRPJ exigibilidade suspensa Perse (1)	32.592	12.656
CSLL exigibilidade suspensa Perse (1)	11.861	4.655
Fundaf exigibilidade suspensa	-	64
Bloqueios judiciais processos trabalhistas	146	146
	57.368	22.330

(1) A Companhia vem depositando em juízo os valores da apuração mensal da contribuição ao PIS, a COFINS, a CSLL e o IRPJ relacionados ao benefício do PERSE em razão da edição da Portaria ME nº 11.266, de 29/12/2022 que busca regulamentar o disposto no art. 4º da Lei nº 14.148/21, com a redação dada pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1.147/22 de fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/2023, mediante mandado de segurança de caráter preventivo, com pedido de liminar para assegurar a fruição, à alíquota ZERO sobre as receitas decorrentes de sua atividade econômica no incentivo fiscal estabelecido em referida Lei seu código na CNAE (nº 5.231-1/02 - Operador Portuário) que deixou de integrar a lista dos códigos que corresponderiam às atividades alcançadas pelos benefícios fiscais concedidos.

6. Imobilizado	Vida útil (em anos)	2024	2023
Móveis e utensílios	10	1.781	1.712
Computadores e periféricos	5	1.347	1.281
Veículos	5	171	171
Benfeitorias em imóveis	12	14.801	14.801
Outras Imobilizações	25	38	38
Total imobilizado		18.138	18.003
Depreciação acumulada		(3.327)	(2.666)
Ativo imobilizado líquido		14.811	15.337

Taxa de depreciação: A Companhia efetuou a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de depreciação utilizadas atualmente.

6.1. Movimentação do custo do ativo imobilizado:

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Móveis e utensílios	1.712	69	-	1.781
Computadores e periféricos	1.281	81	(15)	1.347
Veículos	171	-	-	171
Benfeitorias em imóveis	14.801	-	-	14.801
Outras imobilizações	38	-	-	38
Total	18.003	149	(14)	18.138

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	1.676	36	-	1.712
Computadores e periféricos	1.153	128	-	1.281
Veículos	88	83	-	171
Imobilizado em andamento	13.988	813	-	14.801
Outras imobilizações	-	38	-	38
Total	16.905	1.098	-	18.003

6.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado:

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Móveis e utensílios	(1.549)	(36)	-	(1.585)
Computadores e periféricos	(1.026)	(97)	2	(1.121)
Veículos	(91)	(16)	-	(107)
Benfeitorias em imóveis	-	(514)	-	(514)
Total	(2.666)	(663)	2	(3.327)

	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Saldo em 2023
Móveis e utensílios	(1.511)	(38)	-	(1.549)
Computadores e periféricos	(928)	(98)	-	(1.026)
Veículos	(88)	(3)	-	(91)
Total	(2.527)	(139)	-	(2.666)

7. Intangível	Período de amortização	2024	2023
Software e sistemas	5 anos	227	227
Licença de uso	5 anos	225	189
Outorga de concessão	30,6 anos	30.602	29.084
Bens de concessão em uso	30,6 anos	49.814	49.785
Alfandegamento PSP	30,6 anos	2.302	-
Escritório 2º andar prédio Banerj	30,6 anos	1.066	1.066
		84.236	80.851

Projetos em andamento - Bens de Concessão:		
Armazém-5 (1)	23.090	12.973
Praças	3.909	3.697
Externo-I	5.971	1.473
	32.970	18.143

Subtotal custo do ativo intangível	117.206	98.994
Amortização acumulada	(43.317)	(40.200)
Intangível líquido	73.889	58.294

7.1. Movimentação do custo do ativo intangível:

Custo - 2023	2023	Adições	Baixas	2024
Software e sistemas	227	-	-	227
Licença de uso	189	35	-	224
Outorga de concessão	29.084	1.519	-	30.603
Bens de concessão em uso	49.786	28	-	49.814
Alfandegamento PSP	-	2.302	-	2.302
Escritório 2ºand prédio Banerj	1.066	-	-	1.066
	80.352	3.884	-	84.236

Projetos em andamento:		
Armazém 5	12.972	10.118
Praças	3.697	212
Externo-I	1.473	4.498
	18.142	14.828
	98.494	18.712

Custo - 2022	2022	Adições	Baixas	2023
Software e sistemas	227	-	-	227
Licença de uso	153	36	-	189
Outorga de concessão	27.425	1.659	-	29.084
Bens de concessão em uso	49.717	69	-	49.786
Escritório 2ºand prédio Banerj	1.066	-	-	1.066
	78.588	1.764	-	80.352

Projetos em andamento:		
Armazém 5	2.910	556
Praças	3.355	318
Externo-I	-	1.299
	6.265	2.173
	82.960	4.066

7.2. Movimentação da amortização do ativo intangível:

Amortização - 2023	2023	Adições	Baixas	2024
Software e sistemas	(226)	(1)	-	(227)
Licença de uso	(117)	(32)	-	(149)
Outorga de concessão	(9.074)	(2.214)	-	(11.288)
Bens de concessão em uso	(30.341)	(845)	-	(31.186)
Escritório 2º andar prédio Banerj	(442)	(25)	-	(467)
	(40.200)	(3.118)	-	(43.317)

Amortização - 2022	2022	Adições	Baixas	2023
Software e sistemas	(222)	(4)	-	(226)
Licença de uso	(85)	(32)	-	(117)
Outorga de concessão	(6.850)	(2.224)	-	(9.074)
Bens de concessão em uso	(29.528)	(813)	-	(30.341)
Escritório 2º andar prédio Banerj	(417)	(25)	-	(442)
	(37.102)	(3.098)	-	(40.200)

8. Fornecedores	2024	2023
Fornecedores nacionais (1)	438	710
Total fornecedores	438	710

(1) Fornecedores nacionais representados substancialmente por valores a vencer em até 30 dias.

9. Obrigações tributárias e trabalhistas	2024	2023
Provisão para férias e encargos	439	390
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	77	77
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	44	46
Salários e ordenados	3	1
Total obrigações trabalhistas	563	514

	2024	2023
Impostos Sobre Serviço (ISS)	1.083	1.322

	2024	2023
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	86	96
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	472
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	89	181
Outros	32	76

Total obrigações tributárias	1.290	2.147
Circulante	1.290	2.147
Não circulante	-	-
Total obrigações trabalhistas e tributárias	1.290	2.147

10. Compromisso com o poder concedente: As obrigações reconhecidas no passivo circulante referem-se à contribuição variável e a contribuição fixa. A parcela da contribuição fixa é corrigida monetariamente com base no IGPM compreendido no período:

	2024	2023
Contribuição fixa - Outorga	51.832	52.250
Contribuição variável - Outorga	3.419	4.290
Ajuste valor presente - AVP	(31.880)	(32.599)
	23.371	23.941

	2024	2023
Circulante	6.406	6.266
Não circulante	16.965	17.675

11. Provisão para demandas judiciais: A Companhia possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda, classificados pela administração como possíveis e prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, conforme composição e estimativa a seguir. Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas provisões e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão. As declarações de rendimentos estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

	2024	2023
Trabalhistas	197	101
Cíveis	14	12
Tributária (1)	67.629	30.638
Administrativo	1.442	1.405
	69.282	32.156
	(57.368)	(22.330)
	11.914	9.826

Depósitos judiciais - Trabalhistas

Adicionalmente, existem processos de demandas judiciais tributárias e administrativas no montante total R\$ 2.371 (R\$ 2.508 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda foi considerada possível pelos advogados da Companhia, e para os quais não foi constituída provisão.

(1) O expressivo aumento de provisão de contingência tributária decorre exclusivamente dos valores de apuração das contribuições ao PIS, a COFINS, a CSLL e o IRPJ que a Companhia está discutindo judicialmente mediante mandado de segurança de caráter preventivo, e sendo pagos através de depósitos judiciais para evitar eventuais sanções e penalidade de multas, juros e acréscimos legais caso a Companhia seja condenada com exigibilidade e recolhimento dos tributos que estão sendo discutidos judicialmente.

11.1. Movimentação da provisão para demandas judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Administrativos	(-) Depósitos judiciais	Valor total
Saldos em 2022	-	11	866	1.282	(465)	1.694
Adições	-	1	29.772	123	(21.865)	8.132
(Reversões)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 2023	101	12	30.638	1.405	(22.330)	9.826
Adições	96	2	36.991	37	(35.038)	2.088
(Reversões)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 2024	197	14	67.629	1.442	(57.368)	11.914

12. Patrimônio líquido. 12.1. Capital social: O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, e está representado por 6.666 ações ordinárias nominativas e 13.334 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal:

	Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
I.H. Concessões Ltda.	3.400	6.600	10.000	50
Aba Infraestrutura e Logística S/A	3.266	6.734	10.000	50
Total de Ações	6.666	13.334	20.000	100

12.2. Reservas estatutárias: Reserva legal - 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito, como segue:

Saldo em 31/12/2023	4.000
Lucro líquido do exercício	48.028
Capital social subscrito	20.000
Limite Legal 20%	4.000
Constituição reserva no exercício em 2024	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.000

12.3. Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	48.028	39.714
Deduções	-	-
Reserva legal constituída	-	-
Base de cálculo dos dividendos	48.028	39.714
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	12.007	9.928
Dividendos adicionais propostos	15.072	30.885
Soma dividendos propostos	27.079	40.813
Liquidados no respectivo exercício	(25.000)	(40.000)
Residual de anos anteriores	9.928	9.115
Total de dividendos a pagar	12.007	9.928
13. Receita operacional líquida	2024	2023
Armadores mercado interno	74.234	65.568
Armadores mercado externo	30.790	25.244
Loações de armazéns e lojas	5.754	5.649
Loações de espaços para eventos	15.770	7.909
Movimentação de bagagens	12.533	10.113
Serviços operacionais	1.652	1.430
Total receita operacional bruta	140.733	115.914
Devoluções e cancelamentos	(193)	(80)
ISS	(6.749)	(5.513)
PIS e COFINS	(532)	(523)
PERSE - PIS e COFINS (1)	(9.637)	(7.864)
	(17.111)	(13.980)
	123.622	101.934

(1) A companhia realizou no período base 2024 e de 2023 as provisões de contingências sumaria da apuração do imposto de PIS e COFINS, que estão sendo discutidos em juízo relativos aos benefícios de redução de alíquota zero do PERSE.

14. Custo da prestação de serviços	2024	2023
Pessoais e respectivos encargos	(8.305)	(8.913)
Serviços contratados de terceiros	(7.753)	(6.289)
CDRJ	(13.182)	(11.561)
Depreciação e amortização	(1.435)	(874)
Amortização outorga fixa	(2.211)	(2.222)
Energia elétrica	(2.891)	(2.519)
Água e esgoto	(1.805)	(1.251)
Seguros	(321)	(190)
Manutenção	(1.024)	(891)
Outros custos gerais	(595)	(884)
Reversões e créditos fiscais	1.519	1.493
Total custo dos serviços prestados	(38.003)	(34.101)

15. Despesas administrativas e comerciais	2024	2023
Serviços consultoria e assessoria	(3.740)	(3.472)
Pessoais e respectivos encargos	(2.185)	(1.742)
Tributos e contribuições	(1.818)	(1.339)
Remuneração da Administração	(747)	(715)
Concessionárias consumo e utilidades	(342)	(304)
Gastos gerais	(809)	(556)
Depreciação e amortização	(133)	(141)
Provisão para demandas judiciais	(134)	(229)
Despesas comerciais	(38)	(330)
Total despesas administrativas	(9.946)	(8.828)

15.1. Honorários da Diretoria: Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado na rubrica de "Despesas administrativas" nas demonstrações do resultado no montante de R\$ 747 (R\$ 715 em 2023).

Outras receitas (despesas) operacionais	2024	2023
Recuperação de despesas	1.795	1.479
Outras Receitas Operacionais	39	4.534
Total Outras Receitas Operacionais	1.834	6.013

16. Receitas e despesas finance

condicionar a fruição do benefício à sua prévia habilitação por parte da RFB. E com a entrada em vigor da Lei nº 14.859, de 22/05/2024, nos termos do §12º do art. 4º da Lei, a partir de 2025 a Companhia passará a efetuar o recolhimento do IRPJ e da CSLL para os exercícios de 2025 e 2026. Por sua vez, a Administração da Companhia junto com seus assessores jurídicos internos, decidiram em continuar discutindo judicialmente e aplicando a alíquota zero nos impostos Pis e COFINS mediante os respectivos depósitos judiciais. **18. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar à fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores de mercado. **Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Companhia entende que está exposta de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Companhia procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada, acompanhando os resultados

financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **Riscos de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Em 31/12/2024, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito correspondente ao valor contábil das contas a receber de clientes, está demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Companhia são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo da Companhia é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	2024	2023
Ativo circulante + não circulante	184.249	127.100
Passivo circulante + não circulante	(107.218)	(71.018)
Endividamento líquido	77.031	56.082

19. Cobertura de seguros (não auditado): A Companhia mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura - R\$ mil
Compreensivo empresarial	Empresarial (incluindo eventos climáticos)	64.150
Seguro Responsabilidade Cível	Geral dos Armazéns	14.063
Seguro empresarial	Lucros cessantes	3.000

Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **20. Eventos subsequentes:** A partir do ano de 2025, com a alteração do art. 4º da Lei nº 14.148/2021, redação dada pelo art. 1º da Lei nº 14.859/2024, o benefício de alíquota zero concedido através do PERSE ficou restrito ao PIS e a COFINS, para empresas tributadas pelo lucro real. Desta forma, a Sociedade continuará recolhendo as contribuições para o PIS e a COFINS através de depósitos judiciais (realizando a devida provisão das contribuições) e voltou a calcular e recolher o IRPJ e CSLL pelas alíquotas normais, sem realização de depósitos judiciais.

Luiz Antonio Valle Pedreira de Cerqueira - Diretor Presidente. Denise Luciene de Souza Lima - Diretora Técnica. Américo Relvas da Rocha - Diretor Financeiro e Operações.
Ivan Santo R. Peppe - Contador - CRC-1SP110836/0-7-S-RJ.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Pier Mauá S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Pier Mauá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pier Mauá S.A. em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** Conforme Notas Explicativas nos 5, 11 e 18.2 a Companhia aderiu ao benefício fiscal proporcionado pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). No entanto, foi impactada pelas mudanças legislativas que normatizam o referido programa. A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, impetrou mandado de segurança em caráter preventivo, com pedido de liminar para lhe assegurar a utilização do benefício e vem depositando em juízo os valores da apuração mensal da contribuições ao PIS, a COFINS, a CSLL e ao IRPJ relacionados ao benefício do PERSE. Cabe destacar que o tratamento contábil e tributário relacionado a este tema poderá ser impactado por eventuais revisões ou decisões judiciais sobre a regularidade da utilização do benefício fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300564/O-7